

Portugal no Mundo*

António Guterres

Primeiro Ministro do XIII Governo Constitucional

* Discurso de Sua Excelência o Primeiro Ministro, proferido no Instituto da Defesa Nacional no dia 26 de Junho de 1998 ao Curso de Defesa Nacional 1997/98.



Como é que um país, com a dimensão e as características de Portugal pode posicionar-se no mundo de hoje? Num mundo que sofre alterações muito significativas, simultaneamente ao nível da sua organização económica e da generalização da sociedade de informação, com tudo o que isso tem de implicações para a língua, para a cultura e para aspectos correlacionados sem esquecermos os aspectos de segurança e defesa que são, naturalmente, num curso desta natureza, motivo de particular preocupação.

A primeira pergunta que faz sentido pôr é a seguinte: será que um país, com dez milhões de habitantes, relativamente pequeno, relativamente pobre, com uma localização geográfica periférica no quadro da União Europeia, deve ter uma presença activa no Mundo? Ou deve, pelo contrário, cuidar apenas dos seus interesses da melhor maneira possível e aproveitar, ao máximo, as sinergias do espaço regional em que se insere?

Tenho, em relação a esta pergunta, uma resposta ambiciosa: eu acho que Portugal deve ambicionar ter um papel activo no Mundo. Mas ter esse papel activo no mundo e na arquitectura em construção, nos planos político, económico, cultural e de segurança a nível global, implica, antes de mais, dada a escassez dos nossos recursos, a nossa dimensão, a nossa influência relativa, ter uma estratégia clara de intervenção. E, por isso, o que hoje gostaria de discutir, aqui, convosco, seria o seguinte: qual deve ser a nossa estratégia clara de intervenção no Mundo? Para isso, escolhi três vectores, separando-os, primeiro ao nível do que é a evolução da economia mundial num quadro de globalização e transformação tecnológica acelerada; ao nível do que são as consequências da generalização da sociedade de informação, da massificação que ela traz consigo e ao nível do que são as grandes questões de segurança que hoje se colocam à comunidade internacional, procurando, depois, que deles saia uma linha de agregação.

UMA ECONOMIA GLOBALIZADA

Em primeiro lugar, no plano económico, o dado essencial de qualquer análise da economia mundial é, hoje, o de que vivemos um processo de globalização das economias e do mercado. A globalização das economias

e do mercado tem, desde logo, uma vantagem evidente: criando espaços alargados aumenta as condições para o crescimento económico, para o crescimento do comércio internacional, para o crescimento da produtividade. Porém, na ausência de regras, traz, inevitavelmente consigo, um risco: o da globalização da pobreza e o da dualização, no interior de diversos países e sociedades, entre aqueles que são capazes de acompanhar a passada de uma competição internacional acrescida e aqueles que, por ausência de recursos, de conhecimento, de capacidades (quer pessoas, quer sectores, quer regiões), tendem a ficar para trás.

O problema que se põe não é o de negar a globalização. Qualquer tentativa ideológica, política ou outra, de negar a globalização, seria um absurdo. O problema que se põe é o de saber se podemos ter um papel activo e regular na globalização e se podemos ter uma estratégia para intervir no movimento de regulação da globalização à escala internacional.

Eu sou favorável à exigência dessa regulação. E estou convicto de que Portugal pode desempenhar um papel activo nesse quadro. É óbvio que, numa economia nacional, a economia de mercado, (a única forma de organização dos sistemas económicos que se revelou minimamente eficaz), tem dois contrapesos: primeiro, a organização da sociedade civil no seu conjunto; segundo, a capacidade reguladora do próprio estado nacional. O problema da globalização é que estabelece uma economia de mercado à escala mundial, sem o contrapeso de uma sociedade civil organizada à escala mundial, sem o contrapeso de um poder político regulador também à escala mundial. Como é possível, então, regular a globalização?

Do meu ponto de vista, a estratégia essencial para regular a globalização passa pelo fortalecimento de blocos regionais fortes (blocos de intervenção política, económica e social) e pelo estabelecimento de uma cooperação inter-regional eficaz. E, desde logo, nos encontramos perante duas perspectivas que, neste momento, de forma civilizada se digladiam no mundo: a perspectiva que favorece a lógica de uma globalização feita, sobretudo, pela liberalização das trocas comerciais sem outras componentes. Isto tendo, naturalmente, uma potência económica dominante e única – e não pode pedir-se nunca a uma potência dominante que, por vontade própria, deixe de o ser – e a perspectiva de que se pode procurar encontrar uma outra lógica que permita organizar a economia mundial.

E não apenas como um espaço de livre comércio, com uma única moeda dominante e uma única economia dominante, mas como um espaço económico multipolar. Um espaço em que haja um maior equilíbrio nas relações internacionais e uma maior capacidade de, regulando a globalização, preservar modelos de sociedade culturalmente distintos, em diferentes partes do Mundo.

PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

Aqui, Portugal tem um papel a desempenhar a dois níveis: ao nível da organização da sua própria área regional e ao nível de uma intervenção activa na construção da União Europeia. Do meu ponto de vista, é essencial que estejamos activos na construção da União Europeia. Mas não numa perspectiva defensiva do nosso interesse nacional específico e numa perspectiva atardadora do movimento internacionalista europeu.

Devemos sim, estar activos na promoção da construção da Europa e na assunção de interesses europeus compatíveis com o interesse nacional, ou que também o transcendam em muitos domínios. Penso que Portugal tem sabido colocar-se na Europa na lógica de quem tem uma visão para a Europa e não, apenas, na lógica de quem tem uma visão para Portugal na Europa. O exemplo típico disto é a nossa atitude perante o alargamento.

Somos favoráveis ao alargamento da União Europeia. E somos favoráveis por razões políticas, porque isso é essencial à estabilidade do continente europeu e porque isso é essencial à consolidação das democracias do centro e do leste da Europa. É evidente que há aspectos de natureza económica que têm de ser acautelados em negociações. Mas uma lógica defensiva de, numa óptica de estrito interesse nacional egoísta, procurar, a curto prazo, ser contra o alargamento da União Europeia, seria, do meu ponto de vista, fatal à capacidade de Portugal poder assumir um papel na construção europeia.

E, por isso, nós temos de estar sempre no centro de todos os aspectos do processo de construção europeia. Temos de fazer parte de todas as áreas consolidadas do processo de construção europeia, mesmo quando elas não atingem o conjunto do nosso continente, ou mesmo o conjunto da União Europeia. Por isso quisemos estar e estamos no núcleo fundador da

moeda única; por isso quisemos estar e estamos no espaço de Schengen; por isso devemos estar em todas as outras formas de cooperação acrescida que venham a constituir-se, no quadro europeu, com o intuito de transformar a Europa com uma moeda única num pólo essencial, não só no plano económico, mas também, e seguramente, no plano político e no plano da segurança. Mas com o intuito de, agora, no plano económico, a transformar num pólo essencial que possa ser factor de compensação a nível mundial. Uma Europa com uma moeda forte, cuja dimensão, em termos da economia a que diz respeito, possa ser, ela também, uma moeda de equilíbrio nas relações financeiras internacionais. O Mundo que deixe de ser, apenas, o mundo do dólar e passe a ser o mundo do dólar e do euro. E, se possível, também de mais algumas moedas que, entretanto, se constituam com força idêntica.

A COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL E A POLÍTICA DE BLOCOS ECONÓMICOS

Mas não basta construir o nosso espaço regional. É necessário reforçar uma cooperação inter-regional. A grande dificuldade da União Europeia é a de encontrar parceiros, com idêntico estado de integração política, económica e social, que não sejam considerados como simples áreas de comércio livre. A grande batalha ideológica que hoje se trava em muitas partes do Mundo (com particular impacto, para nós, na América Latina – aspecto em que é crucial o relacionamento entre o Brasil e Portugal) é a de saber, nos vários pontos onde ela se estabelece, se conjuntos de países se devem organizar simplesmente como zonas de livre comércio, ou se devem organizar-se como zonas de integração política, económica e social com um modelo relativamente semelhante (com todas as distinções que a geografia, a história e a cultura trazem consigo) ao da União Europeia.

Acho que devíamos estar activos, – e estamos activos – no sentido de procurar que outras partes se organizem. Não apenas numa lógica de livre comércio, mas numa lógica de integração política, económica e social. Há, neste momento, uma parte do Mundo em que esta questão é crucial: a América Latina. Na América Latina estão em presença dois modelos de integração. Um modelo de alargamento da Europa da NAFTA; se quisermos, de uma grande zona de livre comércio sem

qualquer estruturação intra-regional. E um segundo modelo, que acho devemos promover activamente nas nossas relações com essa parte do Mundo (e que estamos, aliás, a promover activamente no relacionamento privilegiado que temos com o Brasil) o modelo de construção de blocos regionais no interior da América Latina. Mas de blocos regionais que sejam áreas de integração política, económica e social, se não à semelhança, pelo menos, com alguma similitude com aquilo que se passa na União Europeia.

A IMPORTÂNCIA DO MERCOSUL

Esta questão decisiva trava-se, hoje, no Mercosul. E não deixa de ser extremamente importante que (graças, em grande medida, ao papel dinamizador do Brasil) o Mercosul, que mereceu, inicialmente, uma atitude de alguma hostilidade por parte dos Estados Unidos, tenha vindo, apesar de tudo, a consolidar-se. E ao ponto de, hoje, o próprio presidente Clinton o reconhecer como uma realidade a ter em conta na estruturação do espaço americano no seu conjunto. Nós temos estado particularmente activos no processo de construção do Mercosul e no processo de relacionamento privilegiado do Mercosul com a União Europeia. Sempre numa lógica que olha para o espaço europeu e americano como um espaço organizado em três grandes pólos: um na América do Sul e, se possível, centrado no Brasil; um outro na América do Norte; e outro no quadro europeu. Esta questão é decisiva, do meu ponto de vista, para o futuro do relacionamento da Europa com o Mundo e para a possibilidade de regular a globalização.

A importância que pode ter o Mercosul na construção da arquitectura económica internacional tem a ver, neste momento, com o seu alargamento a outros países. Se partirmos do núcleo inicial (Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina) vemos que o Chile e a Bolívia se aproximaram e há relações com o Pacto Andino, há relações com a Venezuela, há todo um movimento de alargamento progressivo em marcha. Há mesmo uma discussão muito interessante sobre se deve, ou não, passar-se do nível intra-governamental para o nível da criação de instituições supranacionais.

Deste diálogo em curso no interior do Mercosul joga-se, em grande parte, o destino da construção da arquitectura económica internacional. Por-

quê? Porque se o Mercosul triunfar e se a relação entre a Europa e o Mercosul for uma relação equilibrada, neste quadro triangular de que falei, então, isso terá um efeito indutor extremamente importante noutras áreas do Mundo onde se esboçam formas de integração regional. Não deixa de ser curioso que certos países, que têm uma política externa de grande independência e de grande preocupação com a sua própria afirmação, olhem, com extrema simpatia, o que se passa na União Europeia e o que se passa no Mercosul. Na viagem que fiz à China, no meu contacto com o primeiro-ministro chinês, este disse-me: "Para nós, China, é vital que a Europa se fortaleça, que o euro se constitua. Aqui acompanhamos, com o maior interesse, todo o processo de integração regional na América do Sul".

PORTUGAL PRESENTE E INTERVENIENTE NO MUNDO

Portugal tem hoje, fruto das suas relações internacionais no quadro de África, no quadro da América Latina, no quadro da Ásia, meios e possibilidades de intervenção política e diplomática. Intervenção essa que está exercendo, activamente (mais que muitos outros países europeus com maior dimensão do que o nosso) no sentido de apoiar e fomentar as perspectivas de integração regional dessas áreas. Ao mesmo tempo constrói, ou procura construir, activamente, na Europa, a capacidade para que a Europa compreenda a necessidade vital de um entendimento com esses blocos regionais, numa lógica de regulação da globalização. Lógica essa que nos permita preservar o nosso próprio modelo social europeu, que estaria, inevitavelmente, em risco se a globalização se fizesse sem regras, sem lógica, num quadro puramente selvagem (se me permitem a expressão um pouco dura) em que, apenas, imperasse o livre comércio sem qualquer outra preocupação de natureza cultural, de natureza social ou de natureza política.

Esta é, na minha perspectiva, uma questão central ao nível da organização económica mundial. E, repito, podemos e devemos estar activos nos processos de integração regional na América Latina, em África e, sobretudo, na parte sul de África. Podemos e devemos manter o relacionamento com certas zonas da Ásia com as quais a Europa possa encontrar formas de articulação que permitam uma arquitectura económica internacional que não seja uma arquitectura, digamos, inexistente.

A BATALHA INTERNACIONAL DO COMÉRCIO

É evidente que se joga, nisto, não apenas a criação de blocos regionais na cooperação inter-regional, como o próprio funcionamento das organizações mundiais das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio. Ao nível da Organização Mundial do Comércio, nós travamos uma batalha decisiva em que, muitas vezes, estamos pouco acompanhados e em que ainda não há uma suficiente compreensão destes problemas à escala internacional. Essa batalha visa estabelecer regras, estabelecer normas de natureza social e de natureza ambiental, na liberalização das trocas comerciais ao nível mundial. Quando falamos disto há muitos a dizer que nós só procuramos impedir a concorrência dos países menos desenvolvidos. Não é isso que está em causa. Não está em causa, sequer, exigir que, para o comércio, os salários dos diversos países tenham de ser salários equivalentes aos nossos ou a duração de tempo de trabalho tenha de ser uma duração de tempo de trabalho equivalente à nossa. Na própria Europa, onde há livre comércio, há salários diferentes na Alemanha e em Portugal, há durações de tempo de trabalho diferentes em França e em Portugal. Mas há uma coisa em comum: a liberdade; a liberdade de organização sindical, a liberdade de contratação colectiva e o direito à greve. O que está em causa, para nós, nas cláusulas sociais da Organização Mundial do Comércio – batalha decisiva, em minha opinião, para a preservação do modelo social europeu – não é fixar mínimos salariais, não é fixar quaisquer regras materiais em relação à organização da produção. É sim garantir um tratamento diferente quando estão em causa países onde se respeitam direitos democráticos, onde seja possível formar-se um conjunto de preços e custos de produção como os que se formam numa economia de mercado num país democrático, com os direitos de que há pouco falava em relação às organizações relacionadas com o mundo de trabalho e com os direitos políticos e humanos em geral. Temos portanto, aqui, para a regulação da economia mundial, três vectores essenciais de intervenção estratégica do nosso país: fortalecimento da União Europeia e do nosso posicionamento na União Europeia; criação de um quadro para a constituição de blocos regionais fortes e de uma forte interligação desses blocos com a própria União Europeia; acção nos organismos de natureza mundial no sentido de que esses organismos compreendam a necessidade de introduzir regras num movimento inevitável de liberalização das trocas comerciais.

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E NOVOS VECTORES CULTURAIS

Um segundo vector tem a ver com a sociedade de informação, com os processos de massificação a ela associados e com a necessidade de afirmar, à escala mundial, os valores essenciais das diversas línguas e culturas. Penso que, aí, tem um relevo extraordinariamente importante, na nossa estratégia de intervenção, a valorização da CPLP, conjunto dos países de língua portuguesa. Mas, no quadro da valorização da CPLP, é necessário levarmos muito a sério o nosso relacionamento com o Brasil. É necessário que tenhamos a capacidade e, porventura, até a humildade de compreender que não há uma política lusófona, de afirmação da lusofonia e de afirmação da língua portuguesa, que não passe por uma aliança com o Brasil. Pretender afirmar a língua portuguesa no Mundo contra o Brasil (cujas telenovelas são transmitidas em mais de cem países) é uma atitude de puro suicídio. O que faz sentido e tem lógica, é o reforço de uma estratégia de agregação do conjunto dos países da CPLP e o estabelecimento, com o Brasil, com o compromisso indispensável das duas partes, de uma estratégia comum de defesa e afirmação da nossa língua no quadro mundial. O Brasil tem 160 milhões de habitantes e um peso que não pode ser negligenciado. Há, no entanto, uma diferença fundamental. E essa é recente. Temos, hoje, um relacionamento com o Brasil totalmente distinto do tradicional. Antes era um relacionamento baseado, apenas, numa política de simpatia, na saudade, no bacalhau e no vinho. Hoje, Portugal é o quinto investidor estrangeiro no Brasil e 40% do nosso investimento externo é hoje realizado no Brasil. A voz de Portugal é, actualmente, ouvida no Brasil no quadro de um relacionamento externo (do Brasil) completamente diferente. Há cimeiras governamentais todos os anos entre os dois países e há capacidade de articular estratégias em muitas organizações internacionais onde trabalham juntos, desde as Nações Unidas até ao quadro do relacionamento de que há pouco falávamos dos diversos blocos económicos regionais.

O RELACIONAMENTO COM ÁFRICA

Esta é, para mim, a grande questão e, se quiserem, o grande elemento novo da política externa portuguesa: continuar uma aposta fundamental no nosso relacionamento com os países africanos de língua portuguesa,

apoiando o seu progresso no plano político, democrático e no plano económico. E, apesar dos problemas que todos sabemos, e que, infelizmente, recentemente eclodiram num desses países – na Guiné-Bissau – continuar essa aposta e mantê-la. Mas mantê-la integrando-a num esforço que traga também consigo o Brasil. Aceitar, compreender e desejar que o Brasil desempenhe um papel importante na CPLP e aceitar e compreender que a nossa estratégia de intervenção à escala global passa muito pelo reforço das ligações luso-brasileiras o que, felizmente, está em curso em alguns domínios e de uma forma verdadeiramente espectacular.

PARA UMA ARQUITECTURA DE SEGURANÇA

A terceira questão prende-se com o domínio da arquitectura de segurança à escala mundial.

Nesta matéria devemos ter consciência do fim da divisão entre dois blocos. Um bloco baseado no comunismo e outro bloco baseado na democracia ou um bloco baseado no comunismo e outro no capitalismo (não vale a pena, digamos, perdermos muito tempo com discussões de semântica). O que está em causa é reconhecer a existência desses dois blocos. No momento em que esses dois blocos desaparecem e em que o Mundo se organiza como hoje se organiza, é minha convicção profunda que a grande questão e o grande confronto que hoje existe é entre aqueles que aceitam o primado da razão no seu comportamento político e aqueles que facilmente sucumbem à irracionalidade; quer ela tenha a ver com formas de fundamentalismo religioso, de nacionalismo exacerbado, de violência xenófoba ou racista.

Esta é uma questão decisiva que coloca problemas inteiramente novos a quem vivia tranquilo no interior de uma aliança – a NATO – que tinha uma função muito bem definida: a contenção do poder agressivo do Pacto de Varsóvia. Penso que a primeira prioridade da nossa intervenção, neste quadro, deve ser a de contribuir para a evolução da NATO e do relacionamento da NATO com outros países. Isto para que se estabeleça um verdadeiro anel de segurança, do estreito de Bering ao estreito de Bering, envolvendo todo o hemisfério norte. A criação deste anel de segurança tem, do meu ponto de vista, vários círculos.

O primeiro círculo tem a ver com o reforço da Aliança Atlântica e com o seu alargamento. A Aliança Atlântica mantém todas as suas virtualidades

e exigências. Devemos reconhecer, com honestidade, que, sendo extremamente importante que se reforce o pilar europeu da Aliança, que se progrida numa política externa e de segurança comum na Europa e que possa haver mesmo, amanhã, uma política comum de defesa na Europa, o papel dos Estados Unidos é essencial na estabilização do próprio continente europeu. E que a NATO, com as suas características actuais, é uma organização essencial para a nossa estabilidade e para a paz e segurança europeias. Uma NATO que desejamos alargada com prudência, mas com determinação.

O TRIÂNGULO DE ESTABILIDADE

O segundo círculo é um círculo composto por um triângulo: NATO alargada/Rússia/Ucrânia. Penso que do êxito da estabilidade e da segurança no quadro deste triângulo depende, no essencial, a possibilidade de estabelecermos o tal eixo, o tal anel de segurança, que vai do estreito de Bering ao estreito de Bering, envolvendo todo o hemisfério norte. Não é um relacionamento fácil. Em primeiro lugar porque todos conhecemos os problemas que a Rússia enfrenta e porque a separação, entre a Rússia e a Ucrânia, não se fez sem traumas. No entanto, a manutenção da Ucrânia como estado independente e como realidade relevante do quadro europeu é, porventura, a garantia mais significativa que podemos ter de que não há uma reorganização (embora com moldes ideológicos completamente diferentes) de algo que pudesse ser semelhante ao que era, no passado, o Pacto de Varsóvia. Mas não é fácil a articulação deste triângulo. Ela é, no entanto, essencial. E é essencial nesta perspectiva: se olharmos para o Mundo de hoje, é evidente que os principais problemas de conflitos entre a racionalidade e a irracionalidade, os principais problemas de focos de instabilidade particularmente gravosos, se situam perto da linha de fractura civilizacional entre o Mundo islâmico, de um lado, e o mundo judaico-cristão, do outro. Acho que seria um erro gravíssimo que se olhasse para o mundo numa lógica confrontacional civilizacional entre o bloco judaico-cristão e o bloco islâmico. O que está em causa é evitar, em qualquer dos blocos, formas de fundamentalismo, de nacionalismo exacerbado e de outros comportamentos irracionais. Eles podem existir em qualquer dos lados desta linha de fractura.

No entanto, são agravados na zona desta linha de fractura que vem desde o estreito de Gibraltar (todos sabemos o que se está a passar na Argélia) passa pelo Médio Oriente (onde as questões de conflito entre Israel, os Palestinianos e os Países Árabes se situam no marasmo e nas dificuldades que hoje presenciamos) passa, pelo mundo de língua turca (que envolve não apenas a Turquia como um conjunto de países de língua turca que pertenciam anteriormente à União Soviética) passa, em geral, pela fronteira entre a Rússia e o Irão e outros países islâmicos tradicionais. No meio, há um conjunto de novos estados, nascidos da desagregação da União Soviética, cujo destino não é, ainda, fácil de compreender ou apreender em toda a sua globalidade. Se isto é verdade, se é em torno desta linha que se situam grande parte dos focos de instabilidade, à escala mundial, então é vital ter a Rússia do bom lado. É vital ter a Rússia do lado de quem procura estabilizar, de quem se rege por critérios da razão. E não ter uma Rússia desesperada, com problemas de identidade que a leve, por enfraquecimento próprio, a tentar enfraquecer os outros, fomentando focos de instabilidade ao longo desta linha de fractura, em várias áreas e em vários pontos. Um exemplo particularmente significativo é o relacionamento entre a Rússia e o Irão. Todos acompanhámos, ao longo dos últimos anos, as diversas facetas que esse relacionamento foi tendo e o significado político, à escala mundial, que esse relacionamento foi assumindo. Ora, ter a Rússia do bom lado, passa por conseguir cimentar este triângulo entre Rússia, Ucrânia e Aliança Atlântica. Isto obriga a Aliança Atlântica a estar disposta a ir mais longe no seu relacionamento com a Rússia. Penso que o relacionamento de parceria que neste momento existe é positivo. Tenho defendido, em todas as linhas da Aliança Atlântica, que ele deve evoluir para uma verdadeira aliança. Isto não quer, necessariamente, dizer a integração da Rússia na NATO, mas o estabelecimento de uma verdadeira aliança entre a NATO e a Rússia e, assim, termos a certeza de que temos a Rússia do bom lado na lógica dos conflitos que vão surgindo no Mundo moderno.

PARCERIA PARA A PAZ

Há, depois, o terceiro círculo, mais largo, mais amplo, que envolve todos os países da Parceria Euro-Atlântica para a Paz que se constituiu, como sabem, em Sintra, há um ano e tal. Nela participam todos os países

européus e todos os países asiáticos que, antigamente, faziam parte da União Soviética e que completam este quadro geográfico que, do estreito de Bering ao estreito de Bering, pretendemos transformar num anel de segurança. Mas num anel de segurança, em si, e num factor de segurança estabilizador para o resto do mundo. É, aí, que ela tem, cada vez, maior importância e, seguramente, um peso decisivo nos próprios processos de redefinição das políticas de defesa nacional, de relacionamento externo, de acordos de defesa entre os Estados, de reestruturação das próprias Forças Armadas. E é, aí, que ela desempenha um papel extremamente importante na possibilidade da execução de missões de garantia e de preservação da paz. E mesmo, em alguns casos, de imposição da paz; porventura em circunstâncias que possam ultrapassar o quadro geográfico em que tradicionalmente se movia a Aliança Atlântica.

AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E A PAZ

Desse ponto de vista, Portugal tem dado um exemplo muito significativo. Não pode ser esquecido que Portugal chegou a estar, num dado momento, com forças em quatro pontos diferentes. Em missões de paz na Bósnia Herzegovina, em Angola, na zona do Congo Brazzaville, face à nova República Democrática do Congo, durante a crise, mais estavelmente, aqui, no Sahara Ocidental. Não podemos esquecer o papel que já tínhamos desempenhado, anteriormente, em Moçambique e no respectivo processo de paz. Ainda recentemente a nossa Força Aérea foi chamada a desempenhar uma missão em torno do Kosovo, zona explosiva potencial no quadro balcânico. E, neste momento, as Forças Armadas Portuguesas desempenham um papel da maior importância no apoio aos esforços da comunidade internacional em qualquer missão humanitária ou de paz junto da Guiné-Bissau. Isto revela que um país pequeno, um país relativamente pobre, um país que aparentemente deveria ter uma política externa unicamente orientada para os seus interesses regionais (como acontece com a generalidade dos pequenos estados europeus) pode e deve ter uma política à escala global.

É evidente que, se agora olharmos em conjunto para estas perspectivas (a perspectiva da segurança, a perspectiva da sociedade de informação e da globalização ou massificação das culturas ou do risco dessa globalização e a perspectiva da economia) vemos que tudo isto se articula, no fundo,

na exploração, agora de forma integrada, de alguns vectores essenciais para nós.

No vector da construção europeia, base indispensável e não apenas no plano económico, ganha importância acrescida toda a questão política da Europa, toda a questão do desenvolvimento de uma verdadeira política europeia de segurança e defesa do pilar europeu da Aliança. Na forma como nós enquadrámos este pilar europeu da Aliança, no quadro de uma estrutura e de uma arquitectura de segurança à escala global, a nossa participação na CPLP não pode ser apenas agregadora do mundo da língua portuguesa. E também não pode ser apenas um elemento de projecção das várias culturas de língua portuguesa no Mundo, numa lógica defensiva face à prensa massificante da língua inglesa em todo o mundo. Deve sim, simultaneamente, inter-agindo entre nós por forma a que o Brasil possa ter um papel decisivo na integração política e económica da América do Sul; por forma a que Angola e Moçambique possam ter um papel decisivo na integração política e económica da zona Sul de África; por forma a que outros países, nomeadamente Cabo Verde, possam ter um papel extremamente importante na organização do espaço de África Ocidental. Isto já que a Guiné-Bissau atravessa, neste momento, dificuldades conhecidas e S. Tomé tem um posicionamento geográfico particular. Mas podemos articularmo-nos naquilo que pode ser o esforço de cada um de nós na acção de construção da nova arquitectura também económica, à escala internacional. E podemos, finalmente, assegurando a nossa presença activa na NATO e em todos os cenários onde a preservação da paz seja relevante e em que Portugal tenha condições para estar presente em ligação com os seus aliados (quer os aliados tradicionais, quer os que correspondem a esta nova lógica de intervenção à escala global, numa concepção mais ampla) articular tudo isto naquilo que deve e pode ser a nossa estratégia de intervenção no Mundo.

PORTUGAL NO EQUILÍBRIO MUNDIAL

No fundo, há um dado comum em tudo isto: uma estratégia que visa articular, organizar, criar condições para evitar uma massificação em torno de uma economia dominante, de uma moeda dominante, de um país dominante, de uma língua dominante, de uma cultura dominante. Portugal tem um papel na criação da variedade e do equilíbrio no Mundo.

E esse papel insere-se, perfeitamente, na lógica da nossa história. Foi uma história vivida numa permanente encruzilhada de civilizações e no assumir de um conjunto de valores universalistas que nos dão uma facilidade de contacto com todos os povos em todas as partes e que, muitas vezes, tem sido da maior utilidade nas mais diversas circunstâncias. Penso que depende de nós e, naturalmente, de factores internos de estabilidade política, de factores internos de progresso económico, de factores internos de coesão social, o potenciar estes elementos estruturantes do nosso posicionamento no Mundo. Factores para servir uma estratégia que devemos ter a coragem de assumir, de afirmar e de pôr em prática, sem megalomanias, mas com a consciência de que temos recursos limitados e não podemos, naturalmente, ultrapassar as nossas capacidades. Limitados que sejam os recursos, limitadas que sejam as capacidades, que não seja a tacanhez das nossas vistas a incapacidade de formularmos estratégias a pôr-nos limitações que não precisamos de ter. Tenhamos as vistas largas, tenhamos a capacidade de gerar consensos, no país, que permitam frutificar (numa estratégia de assunção à escala universal) esta construção de um Mundo de variedade. Um Mundo em que não haja domínio; em que haja equilíbrio, em que haja um espaço para a língua e para a cultura portuguesa, para as zonas económicas em que nos inserimos em inter-relação com outras e para a criação de um anel de segurança, no qual possamos garantir aos nossos cidadãos uma permanente tranquilidade.